



Escola de Administração Fazendária

Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará

Concurso Público - 2006

Gabarito

1

Analista Contábil-Financeiro

Prova 3

Instruções

Nome: _____ N. de Inscrição: _____

- 1 - Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2 - Verifique se o **Número do Gabarito**, colocado na quadrícula acima, é o mesmo constante do seu CARTÃO DE RESPOSTAS e da etiqueta colada na carteira escolar; esses números deverão ser idênticos, sob pena de prejuízo irreparável ao seu resultado neste processo seletivo; qualquer divergência, **exija do Fiscal de Sala um caderno de provas cujo número do gabarito seja igual ao constante de seu CARTÃO DE RESPOSTAS**.
- 3 - O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS não poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse.
- 4 - Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *cursiva*, para posterior exame grafológico:

“Quanto maiores somos em humildade, tanto mais perto estamos da grandeza.”
- 5 - DURAÇÃO DA PROVA: **3 horas** incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 6 - Na prova há **60 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: a, b, c, d e e.
- 7 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
- 8 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
- 9 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
- 10- Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 11- Por motivo de segurança, somente durante os trinta minutos que antecedem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.5 do edital regulador do concurso.
- 12- A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida uma hora do início da prova. A não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
- 13- Ao sair da sala entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala.
- 14- Esta prova está assim constituída:

Disciplinas	Questões	Pesos
Orçamento e Contabilidade Pública	01 a 20	3
Finanças Públicas	21 a 40	3
Lei de Responsabilidade Fiscal	41 a 60	3

Boa prova!

ORÇAMENTO E CONTABILIDADE PÚBLICA

01- Sobre o Plano Plurianual – PPA de que trata o art. 165 da Constituição Federal é correto afirmar, exceto:

- a) sua duração atual é de quatro anos.
- b) estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital.
- c) a elaboração dá-se no primeiro ano do mandato do governante.
- d) os programas de governo e seus principais elementos constitutivos são objeto do PPA.
- e) os valores a serem aplicados nos programas não constam do PPA por serem objeto da Lei Orçamentária Anual – LOA.

02- O princípio da universalidade do orçamento estabelecido pela Constituição Federal significa que

- a) a lei orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal de todos os entes da federação.
- b) os órgãos de todos os Poderes da União, incluindo todas as empresas estatais, devem integrar o orçamento fiscal.
- c) todas as receitas públicas a serem arrecadadas no exercício deverão integrar o orçamento fiscal.
- d) a lei orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração indireta.
- e) o montante das receitas previstas deve ser suficiente para a realização de todo o universo de despesas orçadas.

03- Assinale a opção falsa em relação à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO prevista no art. 165 da Constituição Federal.

- a) A iniciativa da lei é prerrogativa do Poder Executivo.
- b) Deverá orientar a elaboração da lei orçamentária anual.
- c) A LDO deverá trazer as modificações na legislação tributária que impactarão a arrecadação do exercício seguinte.
- d) Compreenderá as metas de despesa de capital para o exercício financeiro subsequente.
- e) Estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

04- O princípio da exclusividade do orçamento consagrado pela Constituição Federal estabelece que a lei orçamentária não contenha dispositivos estranhos à previsão da receita e à fixação da despesa. A exceção a essa vedação se refere às matérias que tratam de

- a) autorização para alteração da legislação tributária.
- b) abertura de créditos suplementares.
- c) modificações da estrutura administrativa do governo.
- d) programas de redução de gastos na Administração Pública.
- e) criação de programas de fomento à arrecadação tributária.

05- Assinale a opção falsa em relação às regras impostas pela Constituição Federal/88 para a abertura de créditos adicionais.

- a) Admite-se a reabertura, no exercício seguinte, dos saldos remanescentes dos créditos especiais e extraordinários independentemente da data em que tenham sido abertos.
- b) Os créditos especiais destinam-se às despesas para as quais não existe dotação específica.
- c) Os créditos suplementares podem ser abertos mediante cancelamento de outros créditos consignados em lei.
- d) Créditos Extraordinários podem ser abertos por Medida Provisória.
- e) Na abertura de créditos extraordinários não é necessário indicar a fonte de recursos.

06- A respeito da elaboração do Orçamento Geral da União, é correto afirmar, exceto:

- a) o Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional propondo a alteração do projeto de lei orçamentária a qualquer tempo.
- b) é prerrogativa do Presidente da República a iniciativa dos projetos de lei orçamentária.
- c) as emendas parlamentares aos projetos de lei orçamentária anual não poderão indicar como despesas a serem anuladas as destinadas ao pagamento de pessoal e seus encargos.
- d) na fase de tramitação no Congresso Nacional, cabe a uma comissão mista de Senadores e Deputados examinar e emitir parecer sobre os projetos de lei que tratam de orçamento.
- e) a proposta orçamentária para o exercício seguinte deverá ser enviada ao Congresso Nacional até 31 de agosto do ano anterior.

07-O campo de atuação da contabilidade pública define-se tanto nos atos e fatos objeto de seu registro quanto nas entidades alcançadas pelas suas regras. Assinale a opção em que a entidade não está obrigada, por força de lei, a seguir as regras de contabilidade pública.

- a) Autarquias municipais.
- b) Empresas públicas dependentes.
- c) Empresas de economia mista não dependentes.
- d) Fundações instituídas e mantidas pelo poder público.
- e) Autarquias federais que arrecadem recursos próprios.

08-A respeito dos Restos a Pagar, previstos no art. 36 da Lei n. 4.320/64, é correto afirmar, exceto:

- a) Restos a Pagar Não-Processados se referem às despesas empenhadas e não liquidadas até o final do exercício.
- b) O cancelamento de Restos a Pagar não extingue o direito do credor.
- c) A inscrição de Restos a Pagar Não-Processados não gera passivo para a instituição responsável pela inscrição.
- d) A inscrição de Restos a Pagar Não-Processados implica no reconhecimento da despesa orçamentária no ato da inscrição.
- e) O cancelamento de Restos a Pagar modifica a situação líquida patrimonial da entidade.

09-Assinale a opção que não é uma característica da despesa de exercícios encerrados também conhecida como despesa de exercícios anteriores.

- a) São pagas à conta do orçamento do exercício.
- b) A autoridade competente para o seu reconhecimento é a mesma competente para a emissão da nota de empenho.
- c) Restos a Pagar com prescrição interrompida podem ser pagos como despesas de exercícios anteriores.
- d) Obrigação de pagamento criada em virtude de lei, mas reconhecido o direito do reclamante depois de encerrado o exercício correspondente, pode ser paga à conta de exercícios anteriores.
- e) Não é necessário respeitar a categoria econômica no reconhecimento da despesa.

10-Assinale a opção falsa em relação às características da classificação econômica da despesa estabelecidas pela Lei n. 4.320/64 e Portaria STN/SOF n. 163/2001.

- a) O primeiro dígito do código da natureza da despesa indica que a despesa é classificada como corrente ou de capital.
- b) A origem dos recursos, em termos tributários, está presente na classificação.
- c) A modalidade aplicação 40 significa que os recursos são destinados a transferências para municípios.
- d) A despesa de pessoal identifica-se na classificação econômica da despesa.
- e) A indicação de que os recursos são destinados à aquisição de serviços identifica-se pelo elemento de despesa.

11-Assinale a opção correta em relação à dívida ativa da Fazenda Pública constituída na forma prevista no art. 39 da Lei n. 4.320/64 e Portaria STN n. 564/2004.

- a) É contabilizada como receita orçamentária no ato da inscrição.
- b) A inscrição deve ser realizada na unidade detentora do crédito.
- c) A inscrição atinge somente o principal do crédito, ficando os encargos e demais acréscimos dispensados de registro.
- d) No recolhimento, é uma receita não-efetiva e não afeta a situação patrimonial líquida do ente público.
- e) A contabilização do cancelamento é fato contábil permutativo.

12-A Lei n. 4.320/64 classifica a dívida dos entes públicos em dívida fluante e dívida fundada. Assinale a opção correta em relação à dívida fluante.

- a) A dívida fluante depende de autorização legislativa para que ocorra o seu pagamento.
- b) Os depósitos de terceiros integram a dívida fluante.
- c) Restos a Pagar Não-Processados não integram a dívida fluante por se tratarem de despesas ainda não liquidadas.
- d) A rubrica "Dívida Fluante" consta do Passivo Permanente do Balanço Patrimonial.
- e) Os Serviços da Dívida a Pagar não integram a dívida fluante por se tratarem de passivo de longo prazo.

- 13- A sistemática de eventos contábeis utilizada pelos sistemas informatizados modernos é uma forma de automatizar a escrituração contábil. Assinale a opção falsa em relação à Tabela de Eventos utilizada no âmbito federal.
- Os eventos estão estruturados em classes segundo o grupo de atos e fatos contábeis.
 - Os eventos da classe 51 destinam-se ao registro da liquidação da despesa.
 - Eventos da classe 54 apresentam roteiro de contabilização com partidas completas não necessitando ser combinados com eventos de outra classe.
 - Eventos de classes diferentes podem ser combinados em um mesmo documento para possibilitar a contabilização da operação realizada.
 - A liquidação de Restos a Pagar Não-Processados é efetuada com eventos da classe 70.
- 14- Segundo a Lei n. 4.320/64, a realização da despesa ocorre em três estágios: empenho, liquidação e pagamento. Assinale a opção falsa em relação ao estágio liquidação.
- A liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor.
 - Na liquidação, verifica-se a origem e o objeto que se deve pagar.
 - A liquidação de despesa, por fornecimento de bens ou serviços, deverá ser realizada com base no contrato, se houver, e na nota de empenho.
 - A despesa pública é reconhecida no estágio da liquidação.
 - A liquidação da despesa somente pode ocorrer caso haja recursos em caixa suficientes para pagá-la.
- 15- O Plano de Contas Único da Administração Federal gerido de forma centralizada pelo Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal apresenta as seguintes características, exceto:
- as contas destinadas ao controle da execução da despesa pertencem aos subgrupos 1.9.2 e 2.9.2.
 - está estruturado em 5 (cinco) classes sendo o código das contas composto por 9 (nove) dígitos.
 - o sistema *Compensado* integra os grupos 1.9 e 2.9.
 - a despesa orçamentária e a receita orçamentária são registradas nas contas de classe 3 e 4, respectivamente.
 - as contas redutoras ou retificadoras são identificadas pelo sinal de “*” colocado antes da intitulação da conta.
- 16- A estruturação do Plano de Contas em Sistemas de Contas tem por finalidade proporcionar a emissão das demonstrações contábeis previstas na Lei n. 4.320/64. Assinale a opção que indica uma operação que realiza lançamento em todos os sistemas de contas.
- Celebração de contrato de prestação de serviços.
 - Liquidação de Restos a Pagar não processados.
 - Registro do recolhimento da receita aos cofres do Tesouro.
 - Liquidação de despesa referente à aquisição de material de consumo mediante contrato.
 - Transferência de créditos entre unidades do mesmo órgão.
- 17- Assinale a opção que indica um dado que não pode ser obtido do Balanço Orçamentário.
- O superávit financeiro, se houver.
 - A previsão de arrecadação de receitas correntes.
 - O superávit corrente, se houver.
 - O déficit de capital, se houver.
 - O montante de receita corrente arrecadada.
- 18- Sobre uma Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP em que se observa a ocorrência de superávit do exercício é correto afirmar:
- o montante das receitas orçamentárias foi maior do que as despesas orçamentárias.
 - as despesas correntes foram necessariamente menores do que as receitas correntes.
 - as variações ativas totais foram maiores do que as variações passivas totais.
 - as mutações ativas obrigatoriamente superaram as despesas de capital.
 - a ocorrência de superávit implica a não-existência de receitas de capital.
- 19- Assinale a opção que indica um dado que pode ser obtido do Balanço Financeiro.
- O montante dos Restos a Pagar inscritos no exercício.
 - O total da incorporação de bens em razão das despesas de capital.
 - O montante das Antecipações de Receitas Orçamentárias ocorridas no exercício.
 - O total de cancelamento de empenhos do exercício.
 - O montante da dívida fundada.

20-Sobre o Balanço Patrimonial, na forma publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, é correto afirmar, exceto:

- a) o *Ativo Real* é composto pelo *Ativo Financeiro* e pelo *Ativo Não Financeiro*.
- b) a rubrica *Permanente* do balanço publicado tem significado diferente da rubrica *Ativo Permanente* constante do Anexo 14 da Lei n. 4.320/64.
- c) *Operações de Crédito* é uma rubrica do *Passivo Não Financeiro*.
- d) no *Ativo Compensado* são demonstrados os montantes dos créditos consignados em lei.
- e) a diferença entre *Ativo Financeiro* e *Passivo Financeiro* demonstra a disponibilidade de recursos que podem ser utilizados na abertura de créditos adicionais.

FINANÇAS PÚBLICAS

21-Para a divisão dos encargos entre as esferas governamentais é necessário pensar em critérios orientadores, como por exemplo, o critério de escalas. Identifique qual o tipo de escala que busca encontrar a solução organizacional mais eficiente para a prestação de serviços públicos nas esferas de governo.

- a) Escala do alcance espacial.
- b) Escala financeira.
- c) Escala econômica.
- d) Escala técnica.
- e) Escala político institucional.

22-Em um sistema federal, existem níveis alternativos de governo, por meio dos quais os serviços públicos são ofertados. Com relação ao Federalismo Fiscal no Brasil, não se pode afirmar que:

- a) a descentralização fiscal atingiu o auge na metade dos anos 90 e foram plenamente sentidos os efeitos das mudanças introduzidas pela Constituição de 1988.
- b) enquanto a Constituição de 1988 apontava para uma maior descentralização e autonomia subnacional, o esforço antiinflacionário exigiu duras restrições orçamentárias que colidiram com a autonomia dos entes federados.
- c) a deterioração das condições econômicas após a abertura do mercado brasileiro à competição externa não permitiu aos estados e municípios que exercessem plenamente a autonomia supostamente concedida pela descentralização política e fiscal.
- d) uma das críticas mais comuns à Constituição de 1988 é a de que ela não só promoveu uma forte descentralização fiscal de recursos, como também promoveu equitativamente a distribuição dos mesmos entre os estados e municípios.
- e) o processo de descentralização fiscal no Brasil, iniciado nos anos 1980 e aprofundado pela Constituição de 1988, teve basicamente uma motivação política.

23-A preponderância do Estado na Economia Brasileira decorreu, em grande parte, da necessidade de o governo intervir de maneira crescente no sistema econômico do país. Assim, determine a opção falsa com relação à intervenção governamental no Brasil.

- a) Ao longo da década de 1930, a ação do Estado manifestou-se na expansão dos instrumentos regulatórios, na determinação de tetos para a taxa de juros, na criação de autarquias e na proteção à indústria local.
- b) O período 1940/1950 foi caracterizado pelo início da formação do setor produtivo estatal (criação da Cia. Siderúrgica Nacional, Cia. Vale do Rio Doce, entre outras).
- c) O próprio tamanho e crescimento do mercado brasileiro permitiu às estatais intensivas em capital obter economias de escala que não seriam obtidas em países em desenvolvimento menores.
- d) No final dos anos 1990, o Brasil iniciou uma nova fase da sua economia, com a criação das agências reguladoras, como por exemplo, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).
- e) Houve profundas alterações do papel do Estado nos governos militares dentro do processo de desenvolvimento brasileiro.

24-A partir dos anos 30 e especialmente depois da Segunda Guerra Mundial, o sentido da intervenção do Estado Brasileiro passou a ser o de alterar o próprio modelo de desenvolvimento do país. Aponte a opção falsa com relação à atuação do Estado no processo de industrialização.

- a) O Estado condutor.
- b) O Estado regulamentador.
- c) O Estado produtor.
- d) O Estado importador.
- e) O Estado financiador.

25-Com base na Constituição Federal do Brasil, identifique a opção correta no tocante à Lei de iniciativa do Poder Executivo que estabelece um conjunto de metas de política governamental que envolve programas de duração prolongada.

- a) Diretrizes orçamentárias.
- b) Orçamento anual.
- c) Plano plurianual.
- d) Orçamento de investimentos.
- e) Orçamento social.

26-A importância do processo orçamentário brasileiro pode ser dimensionada pelo tratamento que o assunto recebe na Constituição Federal. Identifique a única opção errada no tocante ao orçamento brasileiro.

- a) Na concepção do sistema orçamentário brasileiro, são instrumentos de planejamento governamental: o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
- b) O orçamento público, aceito como um instrumento de planejamento e de controle da administração pública, apresenta-se como uma técnica capaz de permitir que, periodicamente, sejam reavaliados os objetivos e fins do governo.
- c) O orçamento é um instrumento essencial para os planejadores, porque eles necessitam de recursos financeiros para tornar seus planos operacionais.
- d) A lei orçamentária anual visa permitir uma visão de conjunto, integrada, das ações compreendidas pela administração pública.
- e) A lei de diretrizes orçamentárias deverá ordenar e disciplinar a execução de despesas com investimentos que se reverterão em benefício da sociedade.

27-A Alienação de Bens, segundo a classificação orçamentária brasileira, é uma Receita de Capital. Identifique entre as receitas relacionadas abaixo, qual a única que pertence ao grupo de Alienação de Bens Imóveis.

- a) Alienação de Estoques.
- b) Alienação de Embarcações.
- c) Alienação de Estoques Reguladores Vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos.
- d) Alienação de Títulos Mobiliários.
- e) Alienação de Animais Reprodutores e Matrizes.

28-Com base na conceituação da receita orçamentária brasileira, assinale a única opção errada.

- a) Tributo é a prestação pecuniária, pois o conceito legal exclui qualquer prestação que não seja representada por dinheiro.
- b) Tributo é compulsório, pois a obrigatoriedade faz parte de sua essência.
- c) A criação ou instituição de um tributo depende exclusivamente da lei, não sendo admitidas outras maneiras de criá-lo.
- d) A cobrança do tributo é uma atividade privada da administração pública que não pode ser exercida por nenhuma outra pessoa.
- e) No art.145 da Constituição Federal do Brasil, foram definidas as espécies de tributos, quais sejam: impostos e taxas.

29-As receitas públicas, quanto à afetação patrimonial, são divididas em receitas efetivas e receitas por mutações patrimoniais. Entre as opções abaixo, aponte a que é exemplo de receita efetiva.

- a) Operações de crédito.
- b) Receita de alienação de bens.
- c) Receita patrimonial.
- d) Amortização de empréstimos.
- e) Transferências de capital.

30-A Receita Pública oriunda dos impostos não pode ser classificada em:

- a) direta.
- b) indireta.
- c) proporcional.
- d) real.
- e) regressiva em função do consumo.

31-Despesas Correntes segundo a classificação orçamentária brasileira são aquelas efetuadas para a manutenção dos serviços anteriormente criados na Administração Pública. Aponte a única despesa que não pertence a esse grupo.

- a) Pessoal e encargos sociais.
- b) Conservação e adaptação de bens imóveis.
- c) Subvenções sociais.
- d) Salário família.
- e) Aquisição de instalações.

32-A Classificação Funcional da Despesa Pública no Brasil substituiu a Classificação Funcional-Programática dos dispêndios públicos. Segundo a nova estrutura Funcional, identifique a única resposta falsa.

- a) A subfunção representa um segmento da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesas.
- b) O subprograma representa uma agregação do programa.
- c) O programa é o instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações concorrentes para um objetivo comum.
- d) A função representa o nível mais elevado de agregação de informações sobre as diversas áreas de despesa que competem ao setor público.
- e) A atividade é um instrumento de programação que envolve um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente.

33- Com relação à classificação da despesa orçamentária brasileira, não se pode afirmar que:

- a) as despesas de capital abrangem somente investimentos, que correspondem às dotações para planejamento e execução de obras.
- b) o critério legal de classificação divide as despesas em correntes e de capital.
- c) os dispêndios com transferências apresentaram um crescimento acentuado na década de 90, devido a fatos institucionais, como a Constituição de 1988, que ampliou a concessão de benefícios previdenciários e estabeleceu o piso de um salário mínimo para esses benefícios.
- d) as despesas correntes abrangem as de custeio e as transferências correntes.
- e) a análise da composição das despesas públicas segundo as principais categorias econômicas permite quantificar o atingimento dos objetivos governamentais de promoção do crescimento econômico e de distribuição da Renda Nacional.

34- A classificação administrativa legal da despesa pública no Brasil, sob a ótica do programa de trabalho da entidade, não inclui

- a) o órgão.
- b) a função.
- c) o projeto.
- d) a origem dos recursos.
- e) a atividade.

35- Segundo a Teoria das Finanças Públicas, a carga tributária de uma economia pode ser classificada em regressiva, proporcional e progressiva. Indique a única opção falsa.

- a) O tributo é regressivo à medida que o peso da sua incidência cresce com o nível de renda do contribuinte.
- b) O tributo progressivo, como o Imposto de Renda, é o mais adequado do ponto de vista da equidade.
- c) O imposto sobre o consumo de produtos alimentares é exemplo de imposto regressivo.
- d) Um sistema tributário considerado justo do ponto de vista social deveria prever incidência de carga tributária, tanto direta como indireta, coerente com o nível de renda do contribuinte.
- e) A carga tributária é regressiva, quando ela cresce à medida que o nível de renda se reduz.

36- Quando uma sociedade está de acordo em que o governo deve desempenhar determinadas funções públicas, é preciso levantar recursos públicos para pagá-las. Isso é feito por meio de tributação de serviços e bens finais, fatores de produção e outras atividades. Assinale a única opção falsa no que tange a efeitos do excesso de cobrança de impostos.

- a) Os impostos neutros quanto à alocação de renda são atraentes para o governo.
- b) O formato de corcova da curva de Laffer indica que a alíquota de imposto provoca tanta distorção na economia que, além de um determinado ponto (ponto de receita tributária máxima), a renda tributável declina mais depressa do que a alíquota de impostos diminui.
- c) Quando o imposto de renda atinge níveis muito elevados, os aumentos da alíquota levam à diminuição das receitas com impostos.
- d) A curva de Laffer não é levada muito a sério para propósitos de política, já que a localização de seu ponto máximo é desconhecida.
- e) Os impostos neutros quanto à alocação de renda não afetam o comportamento econômico.

37- De acordo com a Teoria das Finanças Públicas, assinale a única opção falsa no que diz respeito a efeitos e relações da inflação no déficit público e na carga tributária.

- a) Uma forma que os governos encontraram para minimizar o efeito Tanzi é adotar a desindexação do sistema tributário.
- b) A senhoriação é definida como receita total do governo oriunda do aumento da base monetária.
- c) Existe um nível de inflação que maximiza a receita do imposto inflacionário e, a partir desse ponto, a queda da base de arrecadação mais que compensa o aumento da inflação, que funciona como a alíquota do imposto.
- d) O efeito Tanzi defende que a inflação reduz a receita tributária em termos reais em decorrência da defasagem entre o fato gerador do imposto e sua efetiva coleta.
- e) Uma das principais fontes de financiamento do déficit público é a emissão monetária, podendo-se afirmar que um excesso de aumento da oferta de moeda na economia gera aumento dos preços e os detentores da moeda acabam arcando com uma redução em seu poder aquisitivo.

38-Segundo a Teoria das Finanças Públicas, indique a única opção errada no que diz respeito aos conceitos de déficit público.

- a) O conceito de déficit primário mostra, efetivamente, a condução da política fiscal do governo.
- b) Um ponto importante a ser destacado em relação ao déficit público e seu financiamento é o comportamento da variável dívida ao longo do tempo.
- c) A relevância do conceito de déficit primário está no fato de separar o esforço fiscal do impacto das variações nas taxas de juros e câmbio.
- d) Uma medida muito utilizada para avaliar a capacidade de pagamento do setor público é a relação dívida/PIB.
- e) Quando se mede o déficit com base na execução orçamentária, das entidades que o geram, isto é, diretamente das receitas e das despesas, usa-se o método denominado "acima da linha".

39-O demonstrativo da execução orçamentária do Setor Público, em um determinado exercício, apresentou o seguinte resultado em unidades monetárias:

Receita

Receita Tributária-\$ 3.000.000

Receita de Aplicações Financeiras-\$ 600.000

Receita de Operações de Crédito-\$ 500.000

Despesa

Despesas Correntes-\$ 2.000.000

Despesa de Juros da Dívida Pública-\$ 350.000

Despesa de Capital-\$ 500.000

Despesa de Amortização da Dívida Pública-\$ 700.000

Identifique, nas opções abaixo, o montante que corresponda ao resultado primário desse exercício.

- a) \$ 1.050.000
- b) \$ 550.000
- c) \$ 700.000
- d) \$ 500.000
- e) \$ 200.000

40-De acordo com os vários conceitos de déficit para acompanhar o desempenho das contas públicas, indique a única opção falsa.

- a) O conceito de déficit operacional foi utilizado no Brasil nos períodos de inflação elevada para se ter uma medida nominal do déficit público.
- b) O conceito de déficit de caixa, que se refere aos resultados do Tesouro Nacional, é limitado, porque é passível de controles temporais, por meio, por exemplo, do retardamento das liberações de recursos.
- c) Superávits operacionais ocorreram em 1990-1991, conseqüência do aumento da carga tributária e da redução das despesas com juros, viabilizada pelo bloqueio dos ativos financeiros do Plano Collor.
- d) As necessidades de financiamento do setor público correspondem ao conceito de déficit nominal apurado pelo critério "acima da linha".
- e) O conceito de déficit nominal corresponde aos gastos totais deduzidas as receitas totais.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

41-Os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal não obrigam:

- a) a administração direta municipal.
- b) as autarquias e fundações estaduais.
- c) os tribunais de contas municipais.
- d) as empresas controladas não dependentes estaduais.
- e) as empresas estatais federais que recebem recursos para pagamento de despesas com pessoal, custeio ou capital.

42-Acerca da repartição dos limites globais da despesa com pessoal estabelecidos na Lei Complementar n. 101/2000, é correto afirmar que:

- a) a despesa com pessoal dos Tribunais de Contas será incluída nos limites do respectivo Poder Judiciário.
- b) na esfera municipal, o limite para o Ministério Público está incluído no do respectivo Poder Executivo.
- c) na União, inclui-se no limite do Poder Executivo as despesas com pessoal do Tribunal de Justiça e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- d) no ministério público de cada esfera, o limite será repartido entre seus ramos proporcionalmente à média das despesas com pessoal, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação da LRF.
- e) a entrega dos recursos financeiros correspondentes à despesa total com pessoal do Poder Executivo será a resultante da aplicação dos limites com pessoal.

- 43-Considerando os dispositivos da Lei Complementar n. 101/2000, o anexo de metas fiscais conterá a (o)
- demonstrativo da margem de expansão das despesas discricionárias de caráter continuado.
 - demonstração das metas anuais fixadas para os três exercícios seguintes.
 - evolução do patrimônio líquido do ente nos três últimos exercícios destacando a aplicação dos recursos oriundos das operações de crédito.
 - avaliação financeira e atuarial dos fundos de previdência das empresas estatais.
 - avaliação do cumprimento pelo ente das metas fiscais do ano corrente e dos dois últimos anteriores.
- 44-Haja vista a Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto de lei orçamentária, além da compatibilidade com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, deverá obedecer a diversas diretrizes, entre as quais não se inclui
- demonstração da compatibilidade da programação orçamentária com o anexo das metas fiscais da lei de diretrizes orçamentárias.
 - vedação à inclusão de dotações para investimento com duração superior a um exercício financeiro previsto no plano plurianual.
 - inclusão de reserva destinada ao atendimento de passivos contingentes.
 - apresentação de medidas de compensação às renúncias de receita previstas no demonstrativo de benefícios tributários, financeiros e creditícios.
 - inclusão das despesas com a manutenção do Banco Central.
- 45-Segundo a Lei Complementar n. 101/2000, a responsabilidade na gestão fiscal não pressupõe
- ação planejada e transparente.
 - prevenção de riscos e correção de desvios.
 - cumprimento de metas de resultado entre despesas e receitas.
 - obediência às condições para a inscrição de restos a pagar.
 - observância aos limites para a despesa com serviços de terceiros.
- 46-Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, a lei de diretrizes orçamentárias não disporá sobre o(a)
- promoção do equilíbrio entre receitas e despesas.
 - estabelecimento de normas e critérios para a limitação do empenho pelos entes constantes do orçamento.
 - definição das demais condições e exigências para transferências constitucionais e legais de recursos.
 - definição de normas relativas ao controle dos custos da administração pública.
 - fixação de normas para a avaliação de resultados dos programas previstos no orçamento.
- 47-A Lei Complementar n. 101/2000, entre os conceitos e definições acerca da dívida e do endividamento público, adota o seguinte:
- a dívida pública consolidada ou fundada corresponde ao montante total sem duplicidade das obrigações financeiras do ente da Federação para amortização em prazo não superior a doze meses.
 - a dívida pública mobiliária corresponde à dívida pública representada por títulos emitidos e contratos assumidos pela União, inclusive os do Banco Central, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.
 - a concessão de garantia corresponde aos ativos vinculados por ente da Federação ou entidade a ele vinculada ao compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por outro ente da Federação.
 - considera-se operação de crédito, a aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, e o arrendamento mercantil, inclusive com o uso de derivativos financeiros.
 - o refinanciamento da dívida mobiliária corresponde à emissão de títulos por ente da Federação para pagamento do principal acrescido dos respectivos juros e atualização monetária dessa dívida.

48- Acerca das diretrizes para o estabelecimento dos limites para a dívida pública e a realização de operações de crédito estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, não é correto afirmar:

- a) os limites para a dívida pública e a realização de operações de crédito serão fixados em proporção da receita corrente líquida para cada uma das esferas de governo, e serão aplicados igualmente a todos os entes da Federação integrantes da respectiva esfera.
- b) o refinanciamento do principal da dívida mobiliária não excederá, ao término do exercício financeiro, o montante ao final do exercício anterior, acrescido das operações de crédito autorizadas no orçamento e realizadas para esse fim, acrescido de atualização monetária.
- c) os limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal, serão estabelecidos pelo Senado Federal por proposta do Chefe do Poder Executivo da União.
- d) os limites globais para o montante da dívida consolidada da União, Estados e Municípios serão fixados pelo Senado Federal por proposta do Chefe do Poder Executivo da União.
- e) os limites para o montante da dívida mobiliária federal, estadual e municipal serão estabelecidos pelo Congresso Nacional, mediante projeto de lei encaminhado pelo Chefe do Poder Executivo da União.

49- De acordo com a Lei Complementar n. 101/2000, o estabelecimento da programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso obedecerá, entre outras diretrizes, à

- a) manutenção dos recursos legalmente vinculados à finalidade específica no mesmo exercício em que ocorrer o ingresso.
- b) avaliação trimestral do cumprimento das metas de resultado primário e nominal.
- c) possibilidade de limitação das despesas destinadas ao pagamento do serviço da dívida.
- d) recomposição ilimitada das dotações orçamentárias objeto de limitação de empenho, em caso de restabelecimento da receita prevista.
- e) extensão da limitação de empenho aos Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público.

50- Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, não é correto afirmar acerca da apuração dos limites com pessoal:

- a) não serão computados no limite de pessoal da União os valores transferidos ao Distrito Federal e aos Estados do Amapá e Roraima.
- b) as despesas com pessoal da administração direta decorrentes de sentenças judiciais serão incluídas no limite do respectivo órgão ou entidade.
- c) não serão computadas as despesas com pessoal decorrentes da convocação extraordinária do Congresso Nacional.
- d) serão computadas as despesas com pessoal decorrentes de decisão judicial da competência do mesmo período de apuração do limite.
- e) não serão computadas as despesas com pessoal inativo custeadas por meio de fundo específico decorrentes da contribuição dos servidores inativos.

51- Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, não é lícito afirmar acerca da previsão e arrecadação da receita pública:

- a) a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos são requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal.
- b) as previsões de receita devem considerar, entre outros fatores relevantes, os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços e do crescimento econômico.
- c) é vedada a realização de transferências voluntárias ao ente da federação que não institui, prevê e arrecada todos os tributos.
- d) a reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só poderá ser feita em caso de erro ou omissão de ordem técnica ou legal.
- e) em até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo deve desdobrar as receitas previstas em metas bimestrais de arrecadação.

52- Segundo a Lei Complementar n. 101/2000, acerca da renúncia de receita, pode-se afirmar que

- a) a concessão da renúncia de receita deve estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, nos próximos três exercícios.
- b) uma das condições para a concessão de renúncia de receita é a adoção de medidas compensatórias, por meio da redução das despesas.
- c) as condições para a renúncia de receita não se aplicam em caso de redução das alíquotas do Imposto de Renda.
- d) a renúncia de receita condicionada à adoção de medidas compensatórias entra em vigor após verificado o efeito das medidas.
- e) não se compreende, na renúncia de receita, a redução indiscriminada de tributos ou contribuições.

53- Acerca do controle da despesa com pessoal estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, não se pode afirmar que:

- a) é nulo o ato aumentativo da despesa com pessoal que não indique a fonte dos recursos para o seu custeio.
- b) é o ato aumentativo da despesa com pessoal que promova a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias.
- c) é nulo o ato aumentativo da despesa com pessoal que, mediante concessão de vantagem ou aumento de remuneração, não esteja previsto na lei de diretrizes orçamentárias ou não tenha prévia dotação orçamentária suficiente.
- d) é nulo o ato aumentativo da despesa com pessoal expedido no último semestre do mandato do titular do respectivo poder ou órgão.
- e) é nulo o ato aumentativo da despesa com pessoal que não atenda os limites para a despesa com pessoal ativo.

54- De acordo com a Lei Complementar n. 101/2000, é correto afirmar, acerca da verificação do cumprimento aos limites da despesa com pessoal, que

- a) se a despesa com pessoal exceder o limite, os gastos com cargos em comissão ou funções de confiança deverão ser reduzidos no mínimo em vinte por cento.
- b) se a despesa com pessoal exceder a noventa e cinco por cento do limite, é vedada, ao poder ou órgão em que incorrer, a concessão de aumento decorrente da revisão geral anual de remuneração.
- c) se a despesa com pessoal exceder o limite, o excesso deve ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo no mínimo metade no primeiro.
- d) se a despesa com pessoal exceder o limite, e não alcançada a redução no prazo estabelecido, enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá receber transferências constitucionais.
- e) a verificação do cumprimento aos limites será efetuada quadrimestralmente, comparando o mês atual com os onze meses anteriores.

55- Acerca das despesas com a seguridade social, a Lei de Responsabilidade Fiscal não estabelece que é

- a) obrigatória a indicação da fonte de recursos para o custeio total, em caso de criação, majoração ou extensão de benefícios da seguridade social.
- b) dispensado o aumento de receita ou redução de outras despesas para compensar a concessão de aumento real ao valor do salário mínimo.
- c) dispensado o aumento de receita ou redução de outras despesas para compensar a concessão de benefício a quem satisfaça a legislação vigente.
- d) dispensado o aumento de receita ou redução de outras despesas para compensar a expansão quantitativa dos serviços de saúde.
- e) obrigatório o aumento de receita ou redução de outras despesas para compensar o reajustamento pela inflação dos proventos dos militares reformados.

56- Considerando os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, a geração da despesa pública ou a assunção de obrigação deve obedecer a diversos requisitos, exceto:

- a) a despesa é adequada com a lei orçamentária anual quando objeto de dotação específica e suficiente, ou esteja abrangida por crédito genérico, de forma que, somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para três exercícios.
- b) a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro nos exercícios em que se der o aumento.
- c) a despesa obrigatória de caráter continuado é a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
- d) a criação da despesa obrigatória de caráter continuado dar-se-á mediante comprovação de que não afetará as metas de resultados fiscais, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento de receita ou pela redução de despesa.
- e) as condições para aumento ou criação da despesa obrigatória de caráter continuado não se aplicam ao serviço da dívida nem à implantação de planos de carreira dos servidores.

57- A Lei Complementar n.101/2000, entre as diversas diretrizes acerca das transferências voluntárias, estabelece que:

- a) transferência voluntária é a entrega de recursos a outro ente da Federação que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados às ações de saúde.
- b) é permitida a realização de transferências voluntárias para o pagamento de despesas com pessoal dos entes da Federação.
- c) é exigência para a realização de transferências voluntárias a existência de prévia dotação orçamentária que a autorize.
- d) é exigência para a realização de transferências voluntárias a comprovação por parte do beneficiário do cumprimento aos limites constitucionais com educação, saúde e segurança.
- e) não se aplicam as sanções de suspensão das transferências voluntárias no caso das destinadas às ações de saúde, educação e segurança.

58- Com base na Lei Complementar n. 101/2000, a receita corrente líquida compreende o somatório de todas as naturezas de receitas correntes, deduzida(s):

- a) as transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios destinadas ao custeio do Sistema Único de Saúde.
- b) as parcelas entregues por Municípios aos Estados e Distrito Federal por determinação constitucional.
- c) a contribuição dos trabalhadores e empregadores para o custeio do regime geral da previdência social.
- d) as receitas correntes próprias arrecadadas pelas autarquias e fundações públicas.
- e) as contribuições dos entes públicos para os fundos de pensão das empresas estatais.

59- Para os efeitos da Lei Complementar n.101/2000, considera-se despesa com pessoal:

- a) as reparações econômicas a anistiados políticos não membros da administração pública.
- b) o auxílio-alimentação dos servidores.
- c) a terceirização de atividades não previstas nos planos de carreira dos servidores.
- d) as aposentadorias e pensões relativas a ex-chefes de poder executivo.
- e) as aposentadorias e pensões pagas pelo regime geral da previdência social.

60- Acerca da destinação de recursos públicos para o setor privado, a Lei de Responsabilidade Fiscal não estabelece:

- a) as exigências de autorização em lei específica, atendimento à lei de diretrizes orçamentárias e dotação orçamentária não se aplicam à administração indireta e empresas estatais, com exceção das instituições financeiras e do Banco Central.
- b) é obrigatória a autorização em lei específica, bem como atendimento à lei de diretrizes orçamentárias e existência de dotação orçamentária que a suporte.
- c) na concessão de crédito a pessoa física ou jurídica que não esteja sob controle direto ou indireto, os encargos financeiros e demais despesas serão iguais ou superiores aos definidos em lei ou ao custo de captação.
- d) é permitida a utilização de recursos públicos para socorro a instituições do Sistema Financeiro Nacional, mediante lei específica, mesmo que por concessão de auxílios ou subvenções econômicas.
- e) é permitido ao Banco Central, mesmo sem autorização legal específica, conceder às instituições financeiras operações de redesconto e empréstimos com prazo não superior a trezentos e sessenta dias.



Escola de Administração Fazendária
www.esaf.fazenda.gov.br

www.pciconcursos.com.br